

Notas e Informações

Congresso Nacional

ESTADO DE SÃO PAULO

*Lições de uma vitória*

Mercê do Plano Cruzado, que elevou a níveis muito elevados o prestígio popular de seus candidatos, o PMDB fez expressiva maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal nas eleições de 1986. Desde então, o partido comandado por Ulysses Guimarães tem tentado impor sua vontade à Nação e, teimosamente, não quer aceitar o fato de que a sociedade não deseja seguir os rumos traçados pelos líderes peemedebistas. A derrota dos líderes do partido majoritário na votação da Medida Provisória 168, considerada o coração do plano de estabilização econômica do governo Collor de Mello, oferece ao PMDB mais uma oportunidade para corrigir sua rota.

Apesar dos recados claros de insatisfação dados pela população nas eleições municipais de 1988 e na presidencial de 1989, o PMDB procurou sempre impor à Nação uma variada gama de idéias preconcebidas a respeito de praticamente todos os temas politicamente relevantes discutidos e votados no Congresso Nacional. Para tanto, o partido majoritário tem recorrido a expediente regimentalmente correto, mas eticamente censurável: a votação simbólica. Nessa modalidade de aferição da vontade dos parlamentares, os líderes votam em nome de suas bancadas e os deputados e senadores, teoricamente os representantes da vontade política da Nação, passam a ser representados pela vontade política das cúpulas dirigentes dos partidos a que pertencem.

Pela votação simbólica, os parlamentares simplesmente são impedidos de expressar sua opinião pessoal a respeito do assunto submetido à apreciação do plenário. Os líderes fazem acordos em reuniões fechadas e as bancadas passam a apoiar suas posições sem que se possam registrar discrepâncias nem divergências. O procedimento é forma bem pouco demo-

crática de fazer prevalecer o conchavo sobre a avaliação total da posição de cada uma das Casas a respeito de qualquer projeto votado.

A vitória do governo, por 249 contra 204, na votação de anteontem da medida provisória mais polêmica de todo o Plano Brasil Novo, só foi possível porque, também por um truque regimental, se exigiu uma votação nominal, na qual a posição de cada parlamentar fica registrada na ata da sessão. Essa modalidade, além de mais democrática, exige que cada congressista assuma suas responsabilidades perante o Executivo e a Nação.

Pode-se argumentar que, exercida num momento em que o governo praticamente acaba de assumir e, portanto, é forte — e, principalmente, quando a máquina burocrática oficial ainda não foi totalmente preenchida —, a votação nominal tende a favorecer as posições situacionistas, em detrimento das divergências da oposição. Tal argumento, porém, não é suficiente para calar retumbante triunfo do presidente da República, embora ainda não autorize comemorações ruidosas nem retaliações de vencedores sobre vencidos. Até porque a batalha parlamentar está apenas começando.

Da mesma forma, mesmo que tal atenuante possa ser válida, ela não é capaz de omitir a evidência da derrota do PMDB, cujos dirigentes, há alguns dias, foram à televisão para anunciar a todos que pelo Congresso passariam apenas as medidas ungidas por sua aprovação, graças à posição numericamente vantajosa de sua representação parlamentar.

Além disso, o resultado da votação revela uma situação no mínimo desconfortável para os líderes de bancadas. Ao desobedecer às ordens de comando de seus líderes, os congressistas mostraram duas coisas: os líderes não dispõem do poder de

comando que pensam ter e, sem sombra de dúvida, não refletem com exatidão o pensamento político de seus liderados, como, pelo menos teoricamente, teria de ser.

A rejeição em plenário do parecer, preparado pelo deputado Osmundo Rebouças, dessa forma, permite arguir de ilegitimidade todas as votações feitas à base dos acordos de cúpula firmados pelas lideranças partidárias. E certamente compromete, ferindo de morte, o próprio processo, evidentemente suspeito do ponto de vista ético, da votação simbólica, no qual não é verdadeiramente consultada a opinião da maioria. A Nação está cansada de golpes regimentais usados para simular o resultado de votações importantes, que interferem no cotidiano de cada cidadão, dependente do método adotado para a computação dos votos dos homens eleitos para representar o povo.

Ao aprovar o texto original da Medida Provisória 168, instituindo uma nova política monetária para o País, o Congresso Nacional devolveu ao governo federal a responsabilidade maior pelo sucesso ou insucesso das medidas adotadas com o objetivo de estabilizar a economia. Mas, por se saber que o resultado seria exatamente o oposto, se se tivesse adotado o método da votação de lideranças, o Parlamento brasileiro acaba por exhibir as graves deficiências institucionais de seu regimento interno.

O governo venceu, mas também chamou para sua própria responsabilidade uma parcela maior da repercussão do sucesso ou do malogro de seu plano de estabilização econômica. O PMDB perdeu, mais uma vez, uma boa oportunidade de se mostrar digno da espetacular vitória eleitoral de novembro de 1986. O Brasil espera que ambos tenham sido capazes de absorver as lições desse importante confronto parlamentar.